

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

Os Açores são notícia nacional.

A nossa posição geo-estratégica justifica que outros tenham interesse na nossa terra.

Com os descobrimentos, com as rotas das Índias, com o comércio marítimo, com os piratas e corsários, com as Guerras mundiais em que alemães, ingleses e americanos utilizavam o nosso espaço para afirmarem as suas forças, com a actual demarcação geo-política do mundo, sempre nos cruzamos com o mapa do planeta.

Sempre foi assim e ainda bem!

Porém, sempre foram os outros a dar essa importância e a fazer uso dessa valia que consiste na circunstância especial de estarmos quase sozinhos no meio do Atlântico entre três continentes.

Foi por isso que, em 1941, foram instaladas na Região forças militares estrangeiras.

Foi assim que, em 1943, foi celebrado, entre Portugal e a Inglaterra, o primeiro acordo internacional a respeito da Base das Lajes, e durante os anos foi sendo utilizada esta estrutura militar pelos Estados Unidos da América, com o último acordo a ser assinado em 1995.

Com diferentes e sucessivas avaliações da importância geo-estratégica dos Açores, tem sido, porém, genericamente assumido que a Base das Lajes é muito importante para os Estados Unidos.

Para Portugal, tal utilização tem sido, também, vantajosa quer pelos benefícios concretos que advêm da situação, designadamente ao nível de material militar, quer, essencialmente, pelo privilegiado lugar que concede ao país no mapa diplomático internacional.

Para os Açores, para além da criação de um número significativo de postos de trabalho – que, por sinal preocupante, se encontra em decréscimo – muito se tem discutido sobre os reais impactos de tal situação, sem que

haja uma posição clara e generalizada dos mesmos no desenvolvimento dos Açores e na vida dos açorianos.

O que é certo é que os Açores têm tido dificuldade em fazer vencer os seus propósitos na dialéctica negocial inerente ao Acordo, quer em termos laborais, em especial, quer ao nível de outras contrapartidas, que existindo, na realidade, e com efeitos positivos nalguns casos, não têm sido consideradas as mais adequadas à situação.

Foi com base nesta realidade, na necessidade da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores poder contribuir para a avaliação do real impacto do Acordo de Cooperação e de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos e para a afirmação de uma posição clara e consistente da Região na defesa efectiva dos interesses açorianos, que o PSD apresentou um projecto de Resolução que foi aprovado por unanimidade criando a Comissão Eventual respectiva.

No entretanto, e para além dos normais desenvolvimentos e das actualizações inerentes a um processo dinâmico, como a utilização da Base das Lajes, surgiram recentemente, e de forma persistente, um conjunto de notícias – algumas delas já veiculadas há

alguns tempos – e de declarações de responsáveis políticos, diplomáticos, militares e técnicos que indiciam a possível alteração da utilização da Base.

Tais notícias e declarações fazem referência à hipótese de criação de um “centro de treinos para pilotos de aviação de 5ª geração, como o F-22 Raptor, para além da possibilidade de “testes de mísseis supersónicos”, bem como da utilização da Base “para guardar material tecnológico militar sensível, servindo de apoio e suporte ao novo comando dos EUA em África, o AFRICOM - porque os países africanos não são suficientemente seguros”.

De várias fontes e origens, as notícias e declarações têm sido tão contraditórias quanto reveladoras de que, de facto, qualquer coisa se passa.

Ao contrário, do que se quer fazer parecer não faz qualquer sentido que tudo se reduza a apenas contactos informais, técnicos e militares.

Como dizem os diplomatas, “se há coincidências a mais é porque não há coincidências”.

O ministro da Defesa Nacional negou, por seu lado, a existência de negociações entre o Governo português e os EUA para a criação de um campo de treino para aviões militares norte-americanos, afirmando: *“Como o chefe do Estado-maior da Força Aérea já disse, essas seriam conversações que se teriam que ter não no plano técnico mas no plano político. E no plano político, eu perguntei ao meu colega dos Negócios Estrangeiros e aquilo que posso dizer é que não decorre no quadro do Governo português nenhuma negociação”*.

Por outro lado, o porta-voz da Embaixada norte-americana, citado por um órgão de comunicação social nacional confirma *“Até agora existirem apenas conversas entre as forças aéreas, mas este é o tipo de coisa que poderá vir a ser abordada na reunião bilateral”*.

O representante açoriano na comissão bilateral de acompanhamento do Acordo, revelou à comunicação social *“a vontade de colocar este assunto na agenda do próximo encontro deste organismo”*.

Segundo documentos oficiais descritos pela imprensa, *“as Lajes já têm vindo a receber equipamentos e modernizações com vista à operacionalidade dos F-22 e*

*dos F-35, sendo que Portugal e os Estados Unidos têm estado envolvidos em negociações técnicas com vista à delimitação, a Norte dos Açores, de uma área de treinos para aviões de caça e outras armas e plataformas aéreas”.*

Ainda a este respeito, o chefe da Delegação Portuguesa na Comissão Bilateral Permanente de acompanhamento do Acordo fala na existência de “troca de ideias” e “contactos informais a nível técnico”, para além de outras notícias que referem o envolvimento da empresa pública Navegação Aérea de Portugal (NAV, EP) nos contactos em causa.

Muitas têm sido, assim, as posições, que nos últimos dias se têm multiplicado, por vezes de forma contraditória, sem que, de facto, haja um conhecimento rigoroso da matéria.

Mais uma vez, perante a importância do assunto e os efeitos que a evolução da situação poderá ter nos Açores, parece que os outros estão a decidir por nós ou à margem de qualquer posição açoriana.

Sendo que, no nosso entendimento, as questões relativas à avaliação dos custos e benefícios da existência

da Base das Lajes e o respectivo acompanhamento permanente devem merecer tratamento político prioritário da parte dos órgãos de governo próprio da Região.

Pelo impacto social decorrente dos postos de trabalho açorianos na Base e pelas demais decorrências económicas, ambientais, culturais e políticas em geral, é essencial que os Açores, através dos seus representantes públicos, tenham conhecimento, acompanhem e participem em todos os momentos do processo, de acordo com a Constituição, a lei e os interesses dos açorianos.

Com efeito, a intervenção dos Açores não resulta de qualquer entendimento particular ou de qualquer pretensa intromissão em negociações internacionais, decorre sim da própria Constituição da República Portuguesa que determina, no seu artigo 227º, nº1, alínea t), a participação da Região nos processos negociais relativos a “tratados e acordos internacionais que directamente lhe digam respeito, bem como nos benefícios deles decorrentes”, para além do próprio Estatuto Político-Administrativo da Região, sempre e em todo o caso, previsões normativas que salvaguardam juridicamente aquilo que são os interesses legítimos da Região.

É assim que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, como primeiro órgão da Autonomia e representante de todos os açorianos, tem o direito e, sobretudo, o dever de acompanhar a situação e pronunciar-se sobre a mesma.

É preciso que, nos Açores, se saiba o que se quer da nossa terra e quais as consequências das decisões dos outros na nossa vida e nas nossas ilhas.

Em qualquer circunstância, o que parece certo é que a posição geo-estratégica dos Açores está reafirmada e reforçada o que só pode ser considerado vantajoso para os açorianos e ainda bem!

Porém, é preciso que se avalie se a nova utilização da Base, ou de outros espaços da Região, implica ou não uma alteração do Acordo vigente e, para isso, os Açores têm de estar informados de modo a que haja uma posição clara da Região.

A posição dos Açores não se pode resumir a discursos de circunstância e a “assobiar para o lado” quando questões decisivas para o nosso futuro estão em causa.



Por outro lado, as questões laborais continuam a exigir uma atenção especial, sem que até agora se vejam resultados de algumas promessas na defesa dos interesses dos trabalhadores.

De facto, são conhecidas declarações do representante da Região na referida Comissão Bilateral a afirmar que a delegação portuguesa iria procurar *“convencer os Estados Unidos a libertarem os aumentos salariais na Base das Lajes da regra americana (“Appropriation Act”) que impede aumentos superiores nos ordenados dos trabalhadores portugueses aos efectuados na função pública norte-americana”*, adiantando, ainda, de forma aparentemente audaciosa, que *“no caso turco, os aumentos salariais resultam de uma negociação e não estão limitados pelos aumentos anuais da função pública norte-americana. O que pretendemos é que o resultado do inquérito salarial na base das Lajes seja aplicado”*, assumindo que *“nesta reunião da Bilateral podem estar reunidas as condições para uma decisão nesse sentido”*.

Todavia, depois do insucesso dessa reunião, surgem surpreendentes notícias segundo as quais o chefe da Delegação Portuguesa na mencionada Comissão Bilateral

“garantiu já saber, mesmo antes da reunião marcada para 21 deste mês, que os norte-americanos não irão aceitar as condições sindicais, relativas à actualização salarial”, defendendo “que devem ser iniciados contactos exploratórios com vista a uma eventual renegociação apenas da componente laboral do Acordo”.

É inadmissível, assim, a forma como a Região não se tem envolvido ou tem sido ultrapassada em toda esta matéria.

É, por isso, essencial que se esclareça, de uma forma rigorosa, o que efectivamente se passa relativamente à utilização militar da Base das Lajes e no que respeita às questões laborais pendentes.

É, por tudo isso, decisivo que sejam avaliados os impactos económicos, sociais, ambientais e políticos na Região Autónoma dos Açores de uma eventual alteração da utilização militar da Base nos termos noticiados.

Com tais pressupostos, o PSD propôs que o Governo Regional esclarecesse esta Assembleia, através da Comissão Eventual respectiva, sobre tudo o que tem conhecimento em relação à matéria em causa, por

entendermos necessário que seja fornecida a informação existente com a transparência adequada à efectiva defesa dos interesses dos Açores.

Porém, a maioria do PS, não entendeu assim, alegando, que “*não é importante o que o Governo Regional sabe*”, anuindo, no entanto, a solicitar idênticos esclarecimentos ao Governo da República.

Para o PSD, é importante o que o Governo Regional sabe, é essencial que, por todas as razões, o Governo Regional preste essa informação ao Parlamento, porque também entendemos que seria inadmissível que o Governo Regional não estivesse a ser informado e a acompanhar a situação.

Porque julgamos como de elementar sentido de democracia e respeito pelos açorianos que os órgãos de governo próprio da Região saibam o que se passa em termos negociais sobre a matéria e o que, a este respeito, se pretende para a nossa terra.

Só assim poderemos defender os interesses inalienáveis de quem nos elegeu.

Para isso, o Governo Regional e a maioria socialista podem contar seguramente com o PSD, para afirmarmos uma posição clara de defesa dos Açores, sem quaisquer perspectivas partidárias, mas, no sentido evidente de que a Região tem de saber o que se passa e o que quer sobre uma matéria cujo impacto no futuro dos Açores é tão decisivo.

É com este sentido de responsabilidade que o PSD manifesta a importância do envolvimento dos órgãos de governo próprio da Região em todo o processo negocial em curso e assume a disponibilidade política para, juntamente com outras forças partidárias, afirmarmos uma posição clara dos Açores sobre o futuro da nossa terra.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Fevereiro de 2008